



Conselho Provincial de Luanda

ACTA N.º 12

Aos seis dias do mês de Julho de dois mil e dez, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Conselho Provincial de Luanda da Ordem dos Advogados, teve lugar a décima segunda reunião ordinária deste Conselho com a seguinte Ordem de Trabalhos.

1. Análise do processo de inquérito e deliberação sobre o processo de inscrição do Sr. Dr. Lourenço Agostinho;
2. Análise do pedido de inscrição do Sr. Dr. Mulewu Clemente (cidadão do Congo Democrático);
3. Deliberação sobre os processos disciplinares instaurados contra a Sra. Dra. Ana Paula Godinho (Processos n.ºs 01/09 e 08/10);
4. Informação sobre o estado dos demais processos disciplinares iniciados no âmbito do presente mandato do CPL, e eventual tomadas de decisão;
5. Análise de participações disciplinares:
 - a) participação do Sr. Lindo Alberto contra o Sr. Dr. António Penelas;
 - b) participação da Sra. Lizete Silva contra o Sr. Dr. Víctor Ceita;
 - c) participação da firma MCSEMVCC contra o Sr. Dr. José Maria Rodrigues;
 - d) participação do Sr. João dos Santos contra o Sr. Dr. Lourenço Santa Rosa;
 - e) participação do Sr. Lucas Pegado contra as Sras. Dras. Paulette Lopes e Anacleto Cipriano, e Sr. Dr. João Manuel;
 - f) participação do Sr. Santana de Brito contra o Sr. Dr. César Ferrão;

Rua Joaquim Kapango, n.º 37, 2.º Andar, Apt.º 5, Tel. 222 333184

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola

g) participação do Sr. Alcides João contra o Sr. Dr. Miguel Fernandes.

6. Diversos

À hora designada para o início dos trabalhos encontravam-se presentes o Presidente do CPL, Sr. Dr. Hermenegildo Cachimbombo, e os membros, Dr.ªs Laurinda Prazeres, Djamila Pinto de Andrade, Anabela Silva e os Srs. Drs. António Penelas, Jayr Fernandes, Luís Martinho Lunga e Jacinto Pedro Ucuahamba.

Presidiu a reunião o Sr. Dr. Hermenegildo Cachimbombo, na qualidade de Presidente do Conselho, que nomeou o Sr. Dr. Jayr Fernandes para secretariar a mesma.

Antes de se iniciar a discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, foi efectuada a leitura da Acta da décima primeira reunião realizada no passado dia treze de Maio do corrente ano, a qual foi previamente remetida por correio electrónico para o conhecimento de todos os membros. Por não ter sido discutida e/ou introduzida qualquer alteração no texto da Acta em referência, foi a mesma aprovada nos seus exactos termos, e assinada pelos presentes acima identificados, devendo circular para a assinatura dos demais membros presentes na dita reunião.

Seguidamente, o Presidente propôs a discussão nesta reunião da viabilidade e oportunidade da convocação de uma Assembleia Provincial de Advogados para, de entre outras matérias, discutir a questão do agravamento do já crónico problema da falta de celeridade dos processos judiciais que se tem registado praticamente em todas as instâncias judiciais da província de Luanda, e consequentemente, proceder-se a alteração da Ordem de Trabalhos mediante a introdução de um novo ponto que reflecta a proposta ora apresentada.

Posta à discussão a proposta acima referida, todos os presentes concordaram com a mesma, pelo que foi aprovada por unanimidade a discussão nesta reunião da viabilidade e oportunidade da convocação de uma Assembleia Provincial de Advogados, antes de se entrar na discussão do ponto relativos aos Diversos.

Assim, procedeu-se a alteração da Ordem de Trabalhos, tendo sido introduzido um ponto relativo ao assunto em questão, que passou a ser o Ponto 6, e os Diversos o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos.

Rua Joaquim Kapango, n.º 37, 2.º Andar, Apt.º A, Tel. 222 333184

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola



Prosseguindo, passou-se de imediato a discussão dos pontos da Ordem de Trabalho:

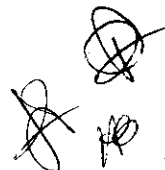
- **Ponto Um:** Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Jayr Fernandes, instrutor do processo de inquérito mandado instaurar para a tomada de uma decisão conscienciosa sobre o pedido de inscrição na OAA formulado pelo Sr. Dr. Lourenço Agostinho, para explicar o estado do processo. Este apresentou o relatório elaborado no âmbito do dito inquérito, nos termos do qual conclui que não foi apurado qualquer facto que legalmente configure fundamento para a rejeição da inscrição do interessado na OAA.

Perante o acima dito, foi deliberado a aceitação do pedido de inscrição na OAA do Sr. Dr. Lourenço Adão Agostinho, devendo o mesmo ser informado que deve proceder a entrega nos serviços administrativos deste Conselho os documentos que nos termos dos Estatutos instruem o processo de inscrição.

- **Ponto Dois:** O Presidente esclareceu que antecipando-se a diligência ordenada por este Conselho, o Sr. Dr. Mulewu Clemente apresentou um Atestado emitido pela Ordem Nacional dos Advogados da República Democrática do Congo, nos termos qual confirma que nos termos da lei congoleza os advogados angolanos que figurem na sua tabela têm a plenitude de exercício da advocacia naquele país.

No entanto, por forma a tomar uma decisão conscienciosa e ainda por mera cautela, os membros presentes deliberaram a realização de diligências complementares de prova para se apurar a idoneidade do documento apresentado, bem como o que estabelece a lei congoleza, tendo encarregado o Sr. Dr. António Penelas para proceder todas as diligências necessárias para o efeito, e apresentar os respectivos resultados no prazo de 15 dias.

- **Ponto Três:** Na discussão deste ponto foi esclarecido que, por estarem em curso dois processos disciplinares contra a Sra. Dra. Ana Paula Godinho, designadamente, o processo sob o n.º 01/09, cujo instrutor é o Sr. Dr. Luís Lunga, e o processo sob o n.º 08/10, cuja instrução está a cargo do Sr. Dr. António Penelas, foi deliberado anteriormente aguardar pela conclusão da fase de instrução do segundo processo para



nos termos do artigo 10.º do Regulamento Disciplinar, proceder-se a aplicação de uma pena disciplinar única.

Assim, por se mostrarem concluída a fase de instrução dos dois processos, os membros consideraram estarem reunidas as condições para ser decidida a pena disciplinar a aplicar. Assim, consideradas e ponderadas todas as circunstâncias em que as infracções foram cometidas, atendendo-se a sua gravidade e consequências, ao grau de culpa da Colega em questão, aos seus antecedentes disciplinares e a todas as circunstâncias que agravem ou atenuem a sua responsabilidade, os membros deliberaram aplicar à Sra. Dra. Ana Paula Godinho, a pena disciplinar única de **multa de valor correspondente a cem vezes o valor da quota mensal**, prevista na alínea c), do artigo 86.º, dos Estatutos da OAA, e designaram a Sra. Dra. Laurinda Prazeres como relatora, encarregue de elaborar o projecto de acórdão.

- **Ponto Quatro:** Relativamente ao estado dos processos disciplinares em curso no mandato deste Conselho, os membros constataram e deliberaram o seguinte:

Processo n.º 02/09

Participante: Sr.ª Zaulene Vunge Kibuba

Participado: Miguel Francisco "Michel"

Instaurado: 2009

Instrutor: Dr. António Penelas

Acusação:

Situação do Processo: está em curso a fase de instrução.

Processo n.º 03/09

Participante: Srs. Drs. Conceição Manita e Filipe Kavonde

Participado: Sr. Fernando Alberto Queirós Manuel, Empresa Constrói

Instaurado: 2009

Acusação:

Instrutor: Dr.ª Djamila Pinto de Andrade

Situação do Processo: Está em fase de instrução



Processo n.º 04/09

Participante: Sr. Abreu Domingos Pedro

Participado: Dr.ª Lisdália Castilho

Instaurado: 2009

Instrutor: Dr. Heraclito Pedro

Acusação:

Situação do Processo: A arguida foi notificada da acusação, e o processo já oferece elementos bastantes e suficientes para ser tomada uma decisão conscienciosa por parte deste Conselho. Assim, consideradas e ponderadas todas as circunstâncias em que a infracção foi cometida, atendendo-se a sua gravidade e consequências, ao grau de culpa, aos seus antecedentes disciplinares e a todas as circunstâncias que agravem ou atenuem a sua responsabilidade, decidiu-se aplicar à Sra. Dra. Lisdália Castilho, a pena disciplinar de censura, prevista na alínea b), do artigo 86.º, dos Estatutos da OAA, devendo ainda proceder a restituição da totalidade do montante que recebeu do constituinte no prazo de 1 mês, e designaram a Sra. Dra. Laurinda Prazeres como relatora, encarregue de elaborar o projecto de acórdão.

Processo n.º 05/09

Participante: Sr. Luciano Luís Cameira e David Romão

Participado: Dr. Samuel Mendes Mateus

Instaurado: 2009

Instrutor: Dr. Jacinto Ucuahamba

Acusação:

Situação do Processo: Está em fase de instrução

Processo n.º 06/09

Participante: Srs. Pedro Manuel de Oliveira Paulo e Marta Sofia de Oliveira Paulo

Participado: Dr. José Maria Rodrigues

Instaurado: 2009

Instrutor: Dr. Jayr Fernandes

Acusação:

Situação do Processo: Está concluída a fase de instrução, e estão reunidas as condições para ser tomada uma decisão conscienciosa, pelo que consideradas e ponderadas todas as circunstâncias em que as infracções foram cometidas, atendendo-se a sua gravidade e consequências, ao grau de culpa da Colega em questão, aos seus antecedentes disciplinares e a todas as circunstâncias que agravem ou atenuem a sua responsabilidade, os membros deliberaram aplicar ao Sr. Dr. José Maria Rodrigues, a pena disciplinar de **multa de valor correspondente a setenta e cinco vezes o valor da quota mensal**, prevista na alínea c), do artigo 86.º, dos Estatutos da OAA, e foi designado o Sr. Dr. António Penelas como relator, encarregue de elaborar o projecto de acórdão.

Processo n.º 07/10

Participante: Dr.ª Juíza Lizete Silva

Participado: Dr. Manuel Moreira Pinheiro

Instaurado: 2010

Instrutor: Dr. António Joaquim

Acusação:

Situação do Processo:

- **Ponto Cinco:** Relativamente à análise das participações disciplinares, os membros constataram e deliberaram o seguinte:

a) participação do Sr. Lindo Alberto contra o Sr. Dr. António Penelas: o Presidente informou aos presentes que, após uma reunião que realizou com o participante, este tomou a decisão de desistir da participação que efectuou contra o Colega em questão. Perante tal informação foi decidido por unanimidade o seu arquivamento.

b) participação da Sra. Lizete Silva contra o Sr. Dr. Vítor Ceita; Após cuidada e ponderada análise da participação, do pronunciamento escrito do participado, e documentos anexos, constatou-se que a participação remete a

Rua Joaquim Kapango, n.º 37, 2.º Andar, Apt.º A, Tel. 222 333184

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola

apreciação da infracção disciplinar supostamente cometida pelo participado ao texto da Acta de Audiência realizada no dia 14 de Abril de 2010, na 3.ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda. No entanto, na aludida Acta não se extrai a existência de qualquer acto praticado pelo participado que configure a violação de qualquer dever deontológico susceptível de procedimento disciplinar, pelo que os membros presentes nesta reunião deliberaram por unanimidade proceder ao arquivamento da participação em questão.

A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo do Sr. Dr. Hermenegildo Cachimbombo, tendo sido recomendado que na comunicação ao participado, o mesmo deve ser convidado a adoptar linguagem correcta e urbana nas comunicações que, nesta ou noutras circunstâncias, tiver eventualmente de endereçar a este Conselho, como é exigido pelas mais elementares regras deontológicas que regulam a nossa classe.

c) participação da firma MCSEMVCC contra o Sr. Dr. José Maria Rodrigues; Após cuidada e ponderada análise da participação e dos esclarecimentos prestados pelo participado, todos presentes concluíram que não existem elementos bastantes e suficientes para se considerar a existência de factos praticados pelo participado que configurem a violação de qualquer dever deontológico susceptível de procedimento disciplinar, pelo que deliberaram por unanimidade proceder ao arquivamento da participação em questão.

A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo do Sr. Dr. Jayr Fernandes, tendo sido recomendado que na comunicação ao participado, o mesmo deve ser convidado a adoptar linguagem correcta e urbana nas comunicações que, nesta ou noutras circunstâncias, tiver eventualmente de endereçar a este Conselho, como é exigido pelas mais elementares regras deontológicas que regulam a nossa classe.

d) participação do Sr. João dos Santos contra o Sr. Dr. Lourenço Santa Rosa; Após cuidada e ponderada análise da participação, dos esclarecimentos prestados pelo participado e documentos anexos, todos presentes concluíram que não existem elementos bastantes e suficientes para se considerar a existência de factos praticados pelo participado que configurem a violação de qualquer dever deontológico susceptível de procedimento disciplinar, pelo que deliberaram por unanimidade proceder ao arquivamento da participação em questão.

Rua Joaquim Kapango, n.º 37, 2.º Andar, Apt.º 5, Tel. 222 333184

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola



A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo da Sra. Dra. Laurinda Prazeres.

e) participação do Sr. Lucas Pegado contra as Sras. Dras. Paulette Lopes e Anacleta Cipriano, e Sr. Dr. João Manuel; pelas mesmas razões apontadas na participação anterior, decidiu-se, igualmente por unanimidade, proceder-se ao arquivamento da participação.

A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo do Sr. Dr. Hermenegildo Cachimbombo.

f) participação do Sr. Santana de Brito contra o Sr. Dr. César Ferrão; os membros presentes decidiram pela substituição do Sr. Teixeira da Silva Adão, advogado nomeado pelo Conselho para assegurar a defesa dos interesses do participado, pelo Sr. Dr. José Gonçalves.

A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo do Sr. Dr. Jayr Fernandes, tendo sido recomendado que na comunicação ao participado, o mesmo deve ser alertado do cumprimento do dever de dar ao cliente a sua opinião conscienciosa sobre o merecimento do direito ou pretensão que este invoca.

g) participação do Sr. Alcides João contra o Sr. Dr. Miguel Fernandes; constata-se que o participado apresentou peças processuais e documentos por si elaborados, o que comprova que pelo mesmo foram praticados actos processuais e realizadas diligências no âmbito do patrocínio judicial que lhe foi solicitado, pelo que concluiu-se pela inexistência de factos que configurem a violação de qualquer dever deontológico susceptível de procedimento disciplinar, pelo que foi decidido por unanimidade proceder ao arquivamento da participação em questão.

A comunicação da decisão aos interessados fica a cargo do Sr. Dr. António Penelas.

- **Ponto Seis:** Após discussão deste ponto relativo a viabilidade e oportunidade da convocação de uma Assembleia Provincial de Advogados para, de entre outras matérias, discutir a questão do agravamento do já crónico problema da falta de celeridade dos processos judiciais que se tem registado praticamente em todas as instâncias judiciais da província de Luanda, todos os presentes concordaram que dada a importância do assunto, é oportuno a sua discussão de uma forma abrangente, isto

Rua Joaquim Kapango, n.º 37, 2.º Andar, Apt.º 5, Tel. 222 333184

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

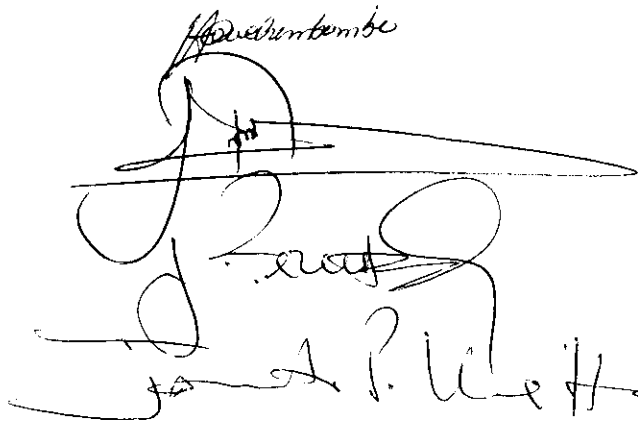
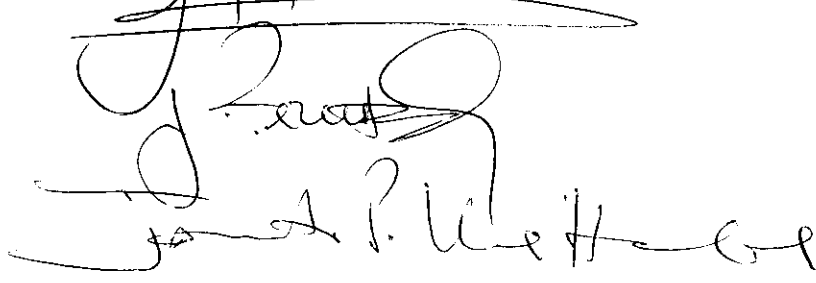
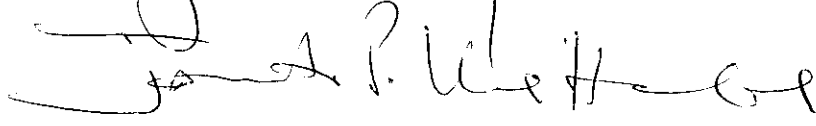
Luanda - Angola

é, com a participação de todos os filiados deste Conselho, pelo que foi aprovada por unanimidade a convocação da Assembleia Provincial de Advogados a realizar em data a agendar.

Para preparação da dita Assembleia foi constituída uma comissão composta pela Sra. Dra. Laurinda Prazeres (Coordenadora), e pelos Srs. Drs. Jayr Fernandes e António Joaquim (Membros). Integram ainda a referida comissão na qualidade de vogais, o Sr. Dr. António Penelas e a Sra. Dra. Djamila Pinto de Andrade.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião e para constar foi lavrada a acta que vai devidamente assinada pelos presentes.

Luanda, aos 06 de Julho de 2010

Assinaturas:



Luis Martinho Lourenço
